

PERITO CONTÁBIL

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

PROVA OBJETIVA - PERITO CONTÁBIL

1

A Resolução CFC nº 1.603/2020 estabelece o Regulamento de Procedimentos Processuais dos Conselhos de Contabilidade, disciplinando os procedimentos administrativos relacionados à fiscalização e ao julgamento de infrações cometidas por profissionais da contabilidade.

A norma define as regras para instauração, instrução e julgamento de processos, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, além de padronizar os procedimentos para assegurar transparência, eficiência e uniformidade nas ações dos Conselhos de Contabilidade.

Um perito contábil foi denunciado de ofício pelo Juiz da Comarca “A” no Conselho de Contabilidade “Z”. Preocupado com as implicações éticas e disciplinares, buscou então preparar-se para sua defesa no âmbito do Conselho.

Com base na Resolução CFC nº 1.603/2020, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes no próprio Conselho, a este compete adotar as medidas necessárias à obtenção desses documentos ou de suas cópias.
- () Cabe ao interessado ou autuado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo dos deveres do órgão competente relativamente à instrução processual.
- () Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do parecer e da decisão.

As afirmativas foram corretamente avaliadas pelo perito contábil, respectivamente, como

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

2

A empresa Gama S.A., fabricante de equipamentos eletrônicos, realizou, em 2021, uma combinação de negócios adquirindo a empresa Beta Ltda. Na data da aquisição, foi reconhecido um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 15 milhões. Em 2023, a empresa Alfa também capitalizou um ativo intangível no valor de R\$ 8 milhões referente a uma marca que, pela natureza de seu uso, possui vida útil indefinida.

Em 2024, uma ação judicial envolvendo ambas as empresas exige a análise pericial das demonstrações financeiras, especialmente sobre o cumprimento das normas relativas à redução ao valor recuperável desses ativos.

Como perito contábil, o procedimento correto quanto à aplicação da NBC TG 01 (R4), considerando os ativos intangíveis e o *goodwill* apresentados, é

- (A) testar o *goodwill* apenas quando houver indício de perda.
- (B) testar o ativo intangível anualmente apenas se houver sinais de perda.
- (C) testar o *goodwill* e o intangível anualmente, independentemente de indícios de perda.
- (D) testar o *goodwill* anualmente e o intangível somente se reconhecido há mais de um ano.
- (E) testar ambos os ativos apenas quando houver indicação de perda ou eventos subsequentes.

3

A empresa Delta Indústria Ltda. celebrou, em 2022, um contrato de aquisição de uma licença exclusiva para uso de um software sofisticado, essencial para a automação de seu processo produtivo. O contrato tem validade de 10 anos e inclui cláusulas que restringem a transferência do software a terceiros.

Além disso, a empresa investiu, entre 2022 e 2023, em treinamento intensivo de sua equipe técnica para maximizar o uso do software e desenvolveu internamente uma metodologia de gestão baseada nesse conhecimento adquirido.

Em 2024, durante uma ação judicial que envolve avaliação patrimonial da Delta, o perito contábil é chamado para avaliar a correta aplicação da NBC TG 04 (R4) sobre os investimentos feitos pela empresa.

Com base na norma, considerando os elementos apresentados, deve(m) ser reconhecido(s) como ativo intangível no balanço patrimonial da Gama Indústria Ltda.

- (A) somente o treinamento da equipe.
- (B) apenas a participação de mercado adquirida.
- (C) o treinamento e a metodologia desenvolvida internamente.
- (D) a licença de *software*, por ser identificável e gerar expectativa de benefícios futuros.
- (E) o treinamento, a metodologia e a licença, pois todos geram benefícios econômicos futuros.

4

A Companhia Mercúrio S.A., sociedade anônima de capital fechado, apresentou, no exercício social de 2024, lucro líquido de R\$ 12 milhões. O estatuto social prevê distribuição mínima de 25% do lucro como dividendo obrigatório. Contudo, no encerramento do exercício, a administração constatou forte restrição de caixa devido a inadimplência significativa de clientes e a necessidade urgente de liquidez para honrar empréstimos de curto prazo.

A administração propôs então, à Assembleia Geral Ordinária (AGO), a não distribuição dos dividendos obrigatórios, justificando a incompatibilidade com a situação financeira da companhia. A AGO acatou a proposta e decidiu constituir uma reserva específica para o valor dos dividendos não pagos.

Considerando as disposições legais e as normas contábeis vigentes, o procedimento correto quanto ao tratamento contábil e societário dessa decisão, que será certificado pelo perito contábil, é

- (A) registrar o valor retido em conta de passivo circulante, como dividendos a pagar.
- (B) reverter o valor para ajuste de capital, aumentando o capital social da companhia.
- (C) transferir o valor retido diretamente para reserva legal, conforme exigência da Lei nº 6.404/76.
- (D) constituir reserva especial no patrimônio líquido até a situação financeira permitir o pagamento.
- (E) cancelar definitivamente o direito aos dividendos obrigatórios, absorvendo o valor como lucro líquido disponível.

5

Um contador foi nomeado como perito contábil em um processo judicial que envolve a dissolução de uma sociedade limitada, no qual os sócios discordam sobre a divisão dos bens da empresa. O perito contábil tem a responsabilidade de determinar a partilha dos bens e a verificação das obrigações fiscais e financeiras, com base no Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002.

Durante o trabalho de perícia, o perito identificou que uma das partes havia realizado empréstimos para a empresa, mas não havia sido formalizado nenhum contrato ou garantia de que esses valores seriam quitados em caso de dissolução. O perito também encontrou dúvidas quanto à validade de alguns atos societários e à apuração dos lucros e passivos da empresa.

Considerando os artigos do Código Civil Brasileiro, que tratam da responsabilidade dos sócios, da dissolução da sociedade e da apuração dos bens e passivos, o perito deve seguir as normas legais no processo de apuração e partilha dos bens.

Com base na legislação, assinale a afirmativa correta acerca da orientação mais adequada para o perito contábil proceder na análise da partilha e verificação das obrigações da sociedade.

- (A) O perito deve se concentrar apenas nos bens materiais, desconsiderando a existência de empréstimos não formalizados, pois a ausência de contrato formal não compromete a dissolução.
- (B) A dissolução da sociedade deverá ser feita sem a necessidade de considerar os passivos não formalizados, já que o Código Civil não exige formalização de contratos para os empréstimos entre os sócios e a empresa.
- (C) O perito deve avaliar tanto os bens materiais quanto os passivos não formalizados, considerando que, embora não haja contrato formal, a obrigação do pagamento dos empréstimos pode ser apurada com base nas transações realizadas e nos registros contábeis da sociedade.
- (D) A partilha dos bens deve ser feita de acordo com a vontade dos sócios, sem a necessidade de se aprofundar na verificação de passivos e empréstimos, já que a dissolução é um ato de livre acordo entre as partes.
- (E) O perito deve considerar a dissolução como um processo sem a necessidade de apurar os passivos, pois qualquer débito entre os sócios pode ser tratado como uma questão pessoal, e não da sociedade.

6

João nasceu no Rio de Janeiro e cresceu na Bahia, onde passou a maior parte de sua vida. Ele cursou ciências contábeis em Minas Gerais, tendo se formado em 2023. Em 2024, João se mudou para o Paraná, onde abriu um escritório de contabilidade para prestar serviços de assistência técnica nas suas atividades profissionais.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.707, o registro profissional de João deverá ser obtido no Conselho Regional de Contabilidade com jurisdição

- (A) no Rio de Janeiro.
- (B) na Bahia.
- (C) em Minas Gerais.
- (D) no Paraná.
- (E) no Estado que João escolher.

7

Quatro profissionais da contabilidade, com interesse em se inscrever no Tribunal de Justiça, procuraram o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) para emitir uma Certidão de Habilitação Profissional.

Os profissionais são os seguintes:

- Ana, que está com o registro profissional ativo;
- Claudia, que está com o registro profissional baixado;
- José, que está com o registro profissional suspenso;
- Carlos, que está com o registro profissional cassado.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.637, pode ser emitida a certidão solicitada para

- (A) Ana, apenas.
- (B) Ana e Claudia, apenas.
- (C) José e Carlos, apenas.
- (D) Ana, Claudia e José, apenas.
- (E) Claudia, José e Carlos, apenas.

8

Um perito contábil nomeado para a prestação de um serviço verificou que, pela complexidade do tema, não irá conseguir concluir o seu laudo pericial contábil no prazo fixado pela autoridade competente.

Nesse caso, o perito contábil nomeado deve

- (A) comunicar o fato à autoridade competente e continuar trabalhando na elaboração do laudo.
- (B) comunicar o fato à autoridade competente, recomendando a contratação de um novo profissional.
- (C) esperar o prazo vencer e retirar-se do trabalho, recomendando a contratação de um novo profissional.
- (D) esperar o prazo vencer e requerer a sua dilação, apresentando os motivos que ensejaram a solicitação.
- (E) requerer a dilação do prazo antes de seu vencimento, apresentando os motivos que ensejaram a solicitação.

9

Mariana ajuizou ação revisional de contrato c/c indenizatória em face do banco XYZ arguindo que firmou empréstimo bancário com a parte ré, mas que vem recebendo cobranças acima do que fora pactuado entre as partes, com cobrança, inclusive, de juros excessivos em razão do atraso de algumas parcelas. Intimadas para se manifestarem em provas, nenhuma das partes requereu a produção de prova pericial.

Durante a instrução do feito, considerando que a controvérsia não estava suficientemente esclarecida com as provas carreadas pelas partes, o Juízo da Vara Cível em que tramita a referida ação entendeu por bem determinar a realização de prova pericial contábil para se verificar se havia, de fato, a cobrança excessiva mencionada pela parte autora.

Com base neste caso, assinale a afirmativa correta à luz do que estabelece o Código de Processo Civil.

- (A) Por ser a parte autora, incumbirá a Mariana adiantar as despesas relativas à remuneração do perito e, caso logre vencedora na ação, o Banco XYZ deverá restituí-la as despesas por ela antecipadas.
- (B) Por ser a parte ré, incumbirá ao Banco XYZ adiantar as despesas relativas à remuneração do perito e, caso logre vencedor na ação, Mariana deverá restituí-lo as despesas por ele antecipadas.
- (C) Nenhuma das partes será obrigada a arcar com as despesas relativas à remuneração do perito, uma vez que a referida prova foi determinada de ofício pelo Juízo.
- (D) O Juízo não pode determinar a produção da prova pericial de ofício, cabendo somente às partes apontar as provas que entenderem necessárias para o deslinde da controvérsia.
- (E) Mariana e o Banco XYZ deverão ratear antecipadamente as despesas relativas à remuneração do perito.

10

Diante da divergência entre os sócios da companhia A, o sócio detentor de 44% do capital social da sociedade ajuizou ação de dissolução parcial de sociedade contra os demais sócios, buscando a apuração de seus haveres, cujos critérios para apuração afirma estarem previstos no contrato social.

A respeito da referida demanda, e à luz do que estabelece o Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Se houver parte incontroversa dos haveres devidos, o juiz determinará à sociedade que a deposite em juízo, mas tais valores só poderão ser levantados pelo ex-sócio após a decretação da dissolução.
- (B) A data da resolução da sociedade será fixada pelo Juiz e poderá ser revista a pedido da parte até o início da perícia.
- (C) Se o caso necessitar a realização de perícia para a apuração dos haveres, a lei estabelece que será dada preferência à nomeação de perito especialista em avaliação de sociedades.
- (D) O ex-sócio terá direito à participação nos lucros ou aos juros sobre o capital próprio declarados pela sociedade até a data da resolução.
- (E) Após a data da resolução, o ex-sócio terá direito apenas à correção monetária dos valores apurados e aos juros contratuais ou legais.

11

Um contador, após ser nomeado como perito judicial em ação revisional, lembrou que havia orientado informalmente uma das partes sobre os critérios do contrato em discussão.

Segundo a NBC PP 01 (R1) – PERITO CONTÁBIL, em relação à conduta do perito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode atuar normalmente, desde que se comprometa a imparcialidade no caso.
- (B) Deve apenas declarar essa atuação no corpo do laudo.
- (C) Pode aceitar a nomeação, desde que o cliente não se oponha formalmente.
- (D) Deve recusar o encargo por motivo de suspeição e comunicar o juízo.
- (E) Pode atuar como assistente técnico da parte com quem teve contato anterior.

12

Durante a elaboração de um laudo, o perito contábil acessou dados estratégicos de uma empresa concorrente de seu principal cliente. Após a entrega do trabalho, pensou em divulgar esses dados em seu portfólio para fins de *marketing*.

Com base no Código de Ética Profissional do Contador, essa conduta é

- (A) admissível, desde que haja autorização expressa da empresa.
- (B) vedada apenas se houver cláusula de confidencialidade contratual.
- (C) vedada, pois fere o dever de sigilo profissional, mesmo sem cláusula formal de confidencialidade.
- (D) permitida se os dados não identificarem nominalmente a empresa.
- (E) aceitável se as informações forem de domínio público.

13

Em uma ação de dissolução parcial de sociedade, o perito contábil foi nomeado para apurar o valor de haveres do sócio retirante. Após a nomeação, elaborou sua proposta de honorários, acompanhada de um plano de trabalho que previa etapas técnicas detalhadas, inclusive prazo para entrega do laudo, deslocamentos e reuniões com assistentes técnicos.

De acordo com a NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL, esse plano de trabalho

- (A) deve ser apresentado somente após a entrega do laudo e a homologação judicial.
- (B) pode ser dispensado caso o perito já tenha atuado em ações semelhantes.
- (C) pode ser exigido apenas em perícias extrajudiciais com cláusula contratual.
- (D) deve ser iniciado antes da proposta de honorários, servindo de base para detalhar as etapas do trabalho pericial.
- (E) pode ser substituído por cronograma simplificado apresentado após o aceite da nomeação.

14

De acordo com o Código de Processo Civil, de 2015, é correto afirmar sobre a produção da prova pericial que

- (A) a perícia será sempre realizada por perito nomeado pelo juiz, sendo vedada a atuação de assistentes técnicos das partes.
- (B) os quesitos das partes devem ser formulados oralmente, durante a diligência pericial.
- (C) o juiz poderá substituir a perícia por prova técnica simplificada, desde que a matéria seja de menor complexidade.
- (D) a prova pericial deve ser produzida exclusivamente em audiência, sob pena de nulidade.
- (E) o laudo pericial deve ser apresentado em audiência de instrução, para questionamento direto das partes.

15

Em uma empresa S.A. cada um dos oito diretores recebeu uma opção em 1º de janeiro de 2024 para adquirir 100 ações da própria empresa por um valor de compra de R\$ 30,00 por ação após a conclusão de um período de serviço de dois anos. A empresa contratou os serviços de um especialista em avaliação que calculou o valor justo de cada opção de ações, mensurado de acordo com um modelo de precificação que levou em conta os fatores que seriam considerados pelo mercado, em 1º de janeiro de 2024, pelo valor de R\$ 15,00.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 10 (R3), um perito contábil, ao examinar a documentação e analisar a situação, certificou a seguinte correta contabilização dessa operação em 31 de dezembro de 2024:

- (A) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 6.000,00
Crédito: Instrumentos Patrimoniais Outorgados (PL) R\$ 6.000,00.
- (B) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 12.000,00
Crédito: Instrumentos Patrimoniais Outorgados (PL) R\$ 12.000,00.
- (C) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 6.000,00
Crédito: Instrumentos Patrimoniais Outorgados (Passivo Não Circulante) R\$ 6.000,00.
- (D) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 12.000,00
Crédito: Instrumentos Patrimoniais Outorgados (Passivo Não Circulante) R\$ 12.000,00.
- (E) Débito: Instrumentos de Remuneração (PL) R\$ 12.000,00
Crédito: Instrumentos Patrimoniais Outorgados (Passivo Não Circulante) R\$ 12.000,00.

16

Uma empresa S.A. apresentou as seguintes situações:

1. Em uma carta oficial do advogado da empresa há um processo judicial sobre um acidente ambiental que chegou a R\$ 2.750.000. Embora o caso ainda esteja sendo julgado, o advogado demonstrou que é provável uma saída de recursos no montante de R\$ 2.200.000. Contudo, não há qualquer divulgação desta situação nas demonstrações financeiras da empresa.
2. Na mesma carta, há processo de violação de patente movido por um terceiro sobre o uso de um compressor hidráulico pela empresa. O advogado afirma que a perda pode chegar a R\$ 5.000.000. No entanto, ele acredita que a perda deste processo só é possível. Novamente, nenhum reconhecimento ou menção a esse processo é feito nas demonstrações financeiras.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 25 (R2), um perito contábil, ao examinar a documentação e analisar a situação, certificou que a empresa registrou corretamente ao

- (A) reconhecer uma provisão de R\$ 2.200.000 à situação 1 e divulgar em notas explicativas a situação 2 como passivos contingentes.
- (B) reconhecer uma provisão de R\$ 2.750.000 à situação 1 e divulgar em notas explicativas a situação 2 como passivos contingentes.
- (C) reconhecer a situação 1 como passivos contingentes no valor de R\$ 2.200.000 e divulgar em notas explicativas a situação 2 como contingências.
- (D) reconhecer a situação 2 como passivos contingentes no valor de R\$ 5.000.000 e divulgar em notas explicativas a situação 1 como contingências.
- (E) reconhecer ambas as situações nas demonstrações financeiras e divulgar em notas explicativas com o valor máximo devido ao princípio da prudência.

17

Uma empresa S.A. desembolsou os seguintes valores para a construção de uma mineradora: preparação do local de R\$ 40.000,00; montante de caixa total dispendido para a construção de R\$ 200.000,00. Ainda, era necessário obter uma licença governamental para construir a mineradora. Havia uma condição na licença de que, no final da vida útil esperada da mineradora, o proprietário a desmontasse, removesse quaisquer detritos e restaurasse o terreno à sua condição anterior.

Essas condições seriam qualificadas como uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado e que provavelmente resultará numa futura saída de recursos no valor presente de R\$ 80.000,00. Os custos administrativos foram de R\$ 20.000,00 e os outros custos indiretos foram de R\$ 10.000,00.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 25 (R2) e da NBC TG 27, um perito contábil, ao analisar a situação, identificou que a empresa contabilizou corretamente um custo para o imobilizado da mineradora de

- (A) R\$ 240.000,00.
- (B) R\$ 270.000,00.
- (C) R\$ 320.000,00.
- (D) R\$ 240.000,00 e uma perda de R\$ 80.000,00 no resultado devido à provisão.
- (E) R\$ 270.000,00 e uma perda de R\$ 80.000,00 no resultado devido à provisão.

18

Uma empresa S.A. de *software* vende normalmente 10.000 aplicativos a um preço inicial de R\$ 4,00 por aplicativo. Devido à natureza da indústria e do serviço de rápida desatualização, o contrato inclui uma concessão de preço através da qual o comprador receberá um reembolso de R\$ 1,00 por programa obsoleto. A empresa avalia assim os seus dados históricos e determina que historicamente paga reembolsos em um percentual significativo de 20%.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 47, um perito contábil, ao examinar a situação, identificou que a receita inicial total reconhecida foi de

- (A) R\$ 3.200,00.
- (B) R\$ 3.400,00.
- (C) R\$ 3.800,00.
- (D) R\$ 4.000,00.
- (E) R\$ 4.200,00.

19

Durante um trabalho de perícia contábil, o perito foi chamado para analisar a adequação da conversão das demonstrações financeiras de uma empresa S.A. que adota como moeda funcional o dólar norte-americano (“US\$” ou “dólar”). O objetivo da perícia era verificar se os procedimentos adotados pela empresa estavam em conformidade com a NBC TG 02 - EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

A empresa apresentou variação no resultado anual em decorrência das mudanças nas taxas de câmbio, mas considerou essas flutuações não significativas. A definição do dólar como moeda funcional foi baseada nos seguintes critérios:

- I. A moeda que mais influencia os preços de bens e serviços, ou seja, a moeda em que o preço de venda de seus bens e serviços são expressos e liquidados; e
- II. A moeda que mais influencia os custos para fornecimento de produtos ou serviços, ou seja, a moeda em que normalmente os custos são expressos e liquidados.

As principais taxas do período foram:

	Taxa Final		Taxa Média Trimestral							
	12/20x4	12/20x3	12/20x4	09/20x4	06/20x4	03/20x4	12/20x3	09/20x3	06/20x3	03/20x3
US\$ x R\$	5,2923	4,9413	5,8369	5,5454	5,2129	4,9515	4,9553	4,8803	4,9485	5,1963

Os ajustes de conversão da moeda funcional para a moeda de apresentação totalizaram um valor positivo de 1,5 bilhão de reais.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 02, o perito contábil identificou que

- (A) na conversão para a moeda de apresentação, como as taxas de câmbio flutuaram, o uso da taxa de câmbio média para o período é inapropriado.
- (B) os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado devem ser convertidos, utilizando-se a taxa média trimestral de câmbio com efeitos no resultado.
- (C) os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado devem ser convertidos, utilizando-se a taxa média trimestral de câmbio com efeitos em outros resultados abrangentes.
- (D) as variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação no valor de 1,5 bilhão de reais devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.
- (E) as variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação no valor de 1,5 bilhão de reais devem ser reconhecidas em outros resultados abrangentes.

20

Durante um trabalho de consultoria pericial, o perito contábil foi contratado para avaliar a existência de partes relacionadas nas demonstrações financeiras de um grupo empresarial. Em reunião com os administradores e responsáveis pela contabilidade do grupo, o perito identificou as seguintes relações entre as empresas:

- I. A empresa H tem influência significativa sobre a empresa S.
- II. A empresa H tem influência significativa sobre a empresa T.
- III. A empresa J tem administrador em comum com a empresa S.
- IV. A empresa S e a empresa T possuem uma relação cliente/fornecedor com volume significativo de negócios.
- V. A empresa H e a empresa J compartilham o controle conjunto sobre um empreendimento controlado em conjunto (joint venture).

Diante dessas informações e com base nos preceitos da NBC TG 05, o perito contábil deve determinar quais dessas relações caracterizam partes relacionadas para fins contábeis e de divulgação.

Nesse caso, os itens que indicam partes relacionadas são

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

21

Durante um trabalho de perícia contábil relacionado à avaliação das demonstrações financeiras de empresas do setor de energia, o perito contábil foi chamado para analisar a correta aplicação das normas contábeis em uma transação específica. Em um contexto de busca por descarbonização as empresas têm estabelecido operações conjuntas, como *joint ventures* e consórcios, para viabilizar projetos sustentáveis. Essas parcerias estratégicas permitem a redução de custos e aceleram a transição para fontes limpas de energia.

Nesse sentido, foi firmado um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), o qual é listado e negociado publicamente na bolsa de valores.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 19, o perito contábil deve concluir que o empreendedor em conjunto deve reconhecer

- (A) seus ativos e passivos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos e passivos detidos em conjunto.
- (B) suas parcelas de perdas ao valor recuperável do empreendimento controlado em conjunto, caso ele deixe de ser negociado publicamente.
- (C) suas receitas de venda da sua parcela sobre a produção advinda da operação em conjunto e suas despesas incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto.
- (D) seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método de consolidação.
- (E) seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial.

22

Durante um processo de avaliação patrimonial, um perito contábil foi contratado para revisar os registros contábeis de uma empresa S.A. do setor industrial, que decidiu desativar uma fábrica devido à adoção de novas tecnologias mais sustentáveis.

Com isso, o valor residual de suas máquinas foi reduzido e a vida útil encurtada, pois a desmobilização antecipada inviabilizou seu uso futuro. Inicialmente, em 01/01/20x3 o ativo – fábrica foi contabilizado no valor de R\$ 1.000,00 com depreciação pelo método linear de vida útil de 10 anos e valor residual no valor de R\$ 100,00. Em 01/01/20x5, a vida útil foi reduzida para cinco anos e o valor residual para zero.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 23 e NBC TG 27, o perito contábil analisou a adequação da contabilização da depreciação a partir de 01/01/20x5 e verificou que a nova depreciação anual pelo método linear deve ser de

- (A) R\$ 160,00 e a alteração deve ser contabilizada como mudança de política contábil.
- (B) R\$ 160,00 e a alteração deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.
- (C) R\$ 164,00 e a alteração deve ser contabilizada como mudança de política contábil.
- (D) R\$ 164,00 e a alteração deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.
- (E) R\$ 180,00 e a alteração deve ser contabilizada como mudança de política contábil.

23

Uma companhia organiza a administração das suas operações em seis grupos, para os quais há gestores que acompanham seu desempenho.

As informações sobre os grupos de operações para o último exercício estão apresentadas a seguir, com valores expressos em milhões de reais:

Segmento	Ativo	Receitas	Resultado
1	456.600	116.000	4.550
2	171.350	217.100	20.360
3	63.500	32.800	2.980
4	80.700	42.840	(2.400)
5	20.300	97.100	220
6	110.000	0	(3.480)

Considerando as informações apresentadas e as orientações do NBC TG 22 (R2), na condição de perito contábil, assinale a opção que identifica o segmento que **não** atinge os parâmetros mínimos para ser divulgável separadamente.

- (A) 5
- (B) 4
- (C) 3
- (D) 2
- (E) 1

24

Em 1/1/20X1 uma empresa captou - via debêntures - R\$ 10.000.000,00, com taxa de juros anual contratada de 8,0% e prazo de 10 anos. Houve mais demanda pela compra do que a oferta de títulos oferecidos, configurando emissão de título de dívida com prêmio. O valor do prêmio foi de R\$ 300.000,00, enquanto os custos de transação da operação foram de R\$ 100.000,00.

Um perito contábil, ao examinar a documentação e analisar a situação apresentada, constatou que essa debênture gera anualmente uma prestação de R\$ 1.490.295,00 e que, no primeiro ano, há prêmios de emissão de R\$ 42.662,00 e custos de transação de competência de R\$ 14.120,00.

Nesse caso, o resultado na DRE do primeiro ano é

- (A) R\$ 42.662,00.
- (B) R\$ 14.120,00.
- (C) R\$ 800.000,00.
- (D) R\$ 28.542,00.
- (E) R\$ 771.458,00.

25

Uma empresa possuía um financiamento no exterior no montante de € 15 milhões em 31/12/2022. No mês seguinte, antes da divulgação das demonstrações financeiras, houve uma valorização inesperada de 35% no câmbio, impactando significativamente o passivo da empresa.

Considerando as diretrizes da NBC TG 24 (R2) - EVENTO SUBSEQUENTE, o tratamento contábil adequado a ser adotado pelo perito contábil é

- (A) ajustar o Balanço Patrimonial de 2022, com reflexo em Reservas de Lucros.
- (B) ajustar o Balanço Patrimonial de 2022, reconhecendo o impacto no Resultado do Período e proceder ao ajuste retrospectivo do exercício anterior.
- (C) manter o Balanço Patrimonial de 2022 inalterado, mas divulgar a situação em Nota Explicativa.
- (D) não modificar o Balanço Patrimonial de 2022 e omitir a informação em Nota Explicativa.
- (E) ajustar o Balanço Patrimonial de 2022 apenas se a empresa possuir derivativos cambiais para proteção contra variação da moeda estrangeira.

PROVA DISCURSIVA - PERITO CONTÁBIL

Questão 1

O planejamento é uma das etapas mais relevantes da perícia contábil, influenciando diretamente na clareza, eficiência e objetividade do trabalho técnico.

Com base na NBC TP 01 (R1) - PERÍCIA CONTÁBIL e no Código de Processo Civil (2015), responda ao que se pede a seguir.

- A) Descreva, de forma objetiva, as informações mínimas que o planejamento pericial deve conter antes da apresentação da proposta de honorários.**
- B) Descreva, de forma objetiva, o papel do plano de trabalho na condução da perícia judicial e sua importância para a elaboração do laudo pericial contábil.**
- C) Explique, ainda, de que forma a ausência de planejamento adequado pode impactar o contraditório e a utilidade do laudo no processo judicial.**

Questão 2

Em uma ação de cobrança, o juiz deferiu a seguinte determinação na sentença:

O réu deverá pagar à parte autora o valor original de R\$ 18.000,00, vencido em 15/03/2021, atualizado monetariamente pelo IPCA-E e acrescido de juros simples de 1% ao mês, a contar da citação (15/05/2021), até a data da elaboração do cálculo, em 15/06/2023.

O perito judicial foi nomeado para elaborar o cálculo de liquidação da sentença.

Considerando que o índice acumulado do IPCA-E no período entre 15/03/2021 e 15/06/2023 foi de 17,35%, apresente:

- A) O cálculo detalhado da correção monetária e dos juros de mora, indicando os valores parciais e o valor final da condenação.**
- B) A justificativa técnica da metodologia aplicada, com base nas normas periciais.**
- C) Os fundamentos legais que asseguram a correção monetária e os juros incidentes no cálculo.**

Realização

